

## PROGRAMA ADAPTAR

Objetivo
Criação de sistema de incentivos à adaptação da atividade empresarial ao contexto da doença COVID -19, doravante designado <b>Programa ADAPTAR</b> , que visa apoiar as empresas no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores às novas condições de contexto da pandemia da doença COVID -19, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações das autoridades competentes.
Setores elegíveis
<p>(art 3º) São elegíveis os projetos inseridos em todas as atividades económicas, com exceção das que integrem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O setor da pesca e da aquicultura;</li> <li>b) O setor da produção agrícola primária e florestas;</li> <li>c) O setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas constantes do anexo I do Tratado de Funcionamento da União Europeia e transformação e comercialização de produtos florestais;</li> <li>d) Os projetos que incidam nas seguintes atividades previstas na Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, na sua redação atual: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Financeiras e de seguros — divisões 64 a 66;</li> <li>ii) Defesa — subclasses 25402 e 30400;</li> <li>iii) Lotarias e outros jogos de aposta — divisão 92.</li> </ul> </li> </ul>
Beneficiários
<ul style="list-style-type: none"> <li>• (art. 4º, d)) Microempresa — empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não exceda 2 milhões de euros.</li> <li>• (art. 4º, e)) Pequena e média empresa (PME) — empresa que emprega menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não exceda 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não exceda 43 milhões de euros e que detenha a correspondente Certificação Eletrónica.</li> </ul>
Disposições gerais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O presente sistema de apoio é financiado por Fundos Europeus, designadamente do Portugal 2020 e por outras fontes de financiamento nacionais, disponíveis no IAPMEI, I. P., e no Turismo de Portugal, I. P.</li> <li>• <b><u>Ao abrigo do Programa ADAPTAR, apenas é aceite uma candidatura por empresa.</u></b></li> <li>• Os apoios concedidos ao abrigo do presente decreto-lei não são cumuláveis com outros auxílios públicos para as mesmas despesas.</li> </ul>
APOIOS ÀS MICRO EMPRESAS
Critérios de elegibilidade da entidade (art. 6º)
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Estar legalmente constituído a 1 de março de 2020;</li> <li>b) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;</li> <li>c) Cumprir as condições necessárias para obter o estatuto de microempresa, nos termos da definição constante na alínea d) do artigo 4.º;</li> <li>d) Ter ou poder assegurar até à assinatura do termo de aceitação, a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.</li> </ul> <p>A comprovação das alíneas a) a c) faz -se mediante apresentação de declaração de cumprimento, subscrita pelo promotor sob compromisso de honra, e da alínea d) do número anterior é confirmada através dos procedimentos automáticos do Balcão do Portugal 2020, no sítio na Internet <a href="https://balcao.portugal2020.pt">https://balcao.portugal2020.pt</a></p>
Critérios de elegibilidade do projeto (art. 7º)
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Ter por objetivo a realização de um <b><u>investimento de valor em despesa elegível não inferior a € 500 e não superior a € 5000</u></b>, para a adaptação da atividade da empresa ao contexto da doença COVID -19, garantindo a segurança dos</li> </ul>

trabalhadores, clientes e relacionamento com os fornecedores, cumprindo as normas estabelecidas e as recomendações das autoridades competentes;

- b) Ter uma **duração máxima de execução de seis meses** a contar da data de notificação da decisão favorável, tendo como data limite 31 de dezembro de 2020;
- c) Estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis

#### Despesas elegíveis (art. 8º)

São elegíveis as seguintes despesas realizadas a **partir do dia 18 de março de 2020**:

- a) Aquisição de equipamentos de proteção individual necessários para um período máximo de seis meses para utilização pelos trabalhadores e clientes em espaços com atendimento ao público nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros;
- b) Aquisição e instalação de equipamentos de higienização e de dispensa automática de desinfetantes, bem como respetivos consumíveis, para um período máximo de seis meses, nomeadamente solução desinfetante;
- c) Contratação de serviços de desinfeção das instalações por um período máximo de seis meses;
- d) Aquisição e instalação de dispositivos de pagamento automático, abrangendo os que utilizem tecnologia *contactless*, incluindo os custos com a contratação do serviço para um período máximo de seis meses;
- e) Custos iniciais associados à domiciliação de aplicações, adesão inicial a plataformas eletrónicas, subscrição inicial de aplicações em regimes de «*software as a service*», criação e publicação inicial de novos conteúdos eletrónicos, bem como a inclusão ou catalogação em diretórios ou motores de busca;
- f) Reorganização e adaptação de locais de trabalho e de layout de espaços às orientações e boas práticas do atual contexto, designadamente, instalação de portas automáticas, instalação de soluções de iluminação por sensor, instalação de dispensadores por sensor nas casas de banho, criação de áreas de contingência, entre outros;
- g) Isolamento físico de espaços de produção ou de venda ou prestação de serviços, designadamente, instalação de divisórias entre equipamentos, células de produção, secretárias, postos ou balcões de atendimento;
- h) Aquisição e instalação de outros dispositivos de controlo e distanciamento físico;
- i) Custos com a aquisição e colocação de informação e orientação aos colaboradores e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços;
- j) Despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento.

#### Taxa de financiamento e forma de apoio (art. 10º)

Os apoios são atribuídos sob a forma de **subvenção não reembolsável**.

A taxa de incentivo a atribuir é de **80 % sobre as despesas elegíveis**

#### Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas (art. 11º)

As candidaturas são apresentadas no âmbito de aviso de candidaturas publicado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e são submetidas através de formulário eletrónico simplificado disponível no Balcão 2020

As candidaturas são decididas de acordo com os critérios de elegibilidade previstos nos artigos 6.º e 7.º por:

- Instituto do Turismo de Portugal, I. P no caso de projetos de empresas do setor do turismo,
- IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), , nos restantes casos,

O incentivo apurado com base no mapa síntese do orçamento a realizar apresentado na candidatura.

As **decisões sobre as candidaturas são adotadas no prazo de 10 dias úteis** após a data de apresentação da mesma, descontando -se o tempo de resposta aos esclarecimentos solicitados

A decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão.

#### Pagamentos (art. 12º)

Os pagamentos obedecem aos seguintes procedimentos:

- a) É processado um adiantamento automático inicial após a validação do termo de aceitação, no montante equivalente a 50 % do incentivo aprovado;

- b) O pedido de pagamento final deve ser apresentado pelo beneficiário no prazo máximo de 30 dias úteis após a data de conclusão do projeto, sendo o montante de incentivo apurado com base em declaração de despesa de realização de investimento elegível subscrita pela empresa e confirmada por contabilista certificado ou revisor oficial de contas.

A realização dos pagamentos está dependente da confirmação da situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, verificada através dos procedimentos automáticos do Balcão do Portugal 2020.

### APOIOS ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

#### Crítérios de elegibilidade da entidade (art. 15º)

- Estar legalmente constituído a 1 de março de 2020;
- Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- Ter a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI);
- Para efeitos de comprovação do estatuto de PME, ter a correspondente Certificação Eletrónica, prevista no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, através do sítio na Internet do IAPMEI, I. P.;
- Não ser uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista no artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho de 2014;
- Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho de 2014.

A verificação do disposto no número anterior é feita no momento da apresentação da candidatura, sempre que possível através de procedimentos automáticos do Balcão do Portugal 2020.

#### Crítérios de elegibilidade do projeto (art. 16º)

- Ter por objetivo a realização de um investimento de valor em **despesa elegível não inferior a € 5000 e não superior a € 40 000**, para qualificação de processos, organizações, produtos e serviços das PME, nomeadamente a adaptação dos seus estabelecimentos, métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores às novas condições do contexto da doença COVID -19, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações das autoridades competentes;
- Não estar iniciado à data de apresentação da candidatura;**
- Ter uma **duração máxima de execução de seis meses**, a contar da data de notificação da decisão favorável, tendo como data limite 31 de dezembro de 2020;
- Estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

#### Despesas elegíveis (art. 18º)

- Custos com a reorganização e adaptação de locais de trabalho e/ou alterações de layout, que permitam implementar as orientações e boas práticas das autoridades competentes no contexto da doença COVID -19, designadamente medidas de higiene, segurança e distanciamento físico;
- Aquisição e instalação de equipamentos de higienização e de dispensa automática de desinfetantes;
- Aquisição e instalação de dispositivos de pagamento automático, incluindo os que utilizem tecnologia *contactless*;
- Aquisição e instalação de outros dispositivos de controlo e distanciamento físico;
- Custos com a aquisição e colocação de informação e orientação aos colaboradores e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços;
- Contratação de serviços de desinfecção das instalações, por um período máximo de seis meses;
- Aquisição de serviços de consultoria especializada para o redesenho do layout das instalações e para a elaboração de planos de contingência empresarial e manuais de boas práticas;
- Aquisição de serviços de consultoria especializada para a adaptação do modelo de negócio aos novos desafios do contexto subsequente à pandemia da doença COVID -19;

- i) Custos iniciais associados à domiciliação de aplicações, adesão inicial a plataformas eletrónicas, subscrição inicial de aplicações em regimes de «software as a service», criação e publicação inicial de novos conteúdos eletrónicos, bem como a inclusão ou catalogação em diretórios ou motores de busca;
- j) Despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento.

#### Taxa de financiamento e forma de apoio (art. 20º)

Os apoios são atribuídos sob a forma de **subvenção não reembolsável**.

A taxa de incentivo a atribuir é de **50 % sobre as despesas elegíveis**

#### Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas (art. 21º)

As candidaturas são apresentadas no âmbito de aviso para apresentação de candidaturas submetidas através de formulário eletrónico simplificado, disponível no Balcão 2020

O Turismo de Portugal, I. P., no caso de projetos de empresas do setor do turismo, e o IAPMEI, I. P., nos restantes casos, procedem à avaliação técnica das candidaturas e emitem parecer, com base nos critérios de elegibilidade previstos nos artigos 15.º e 16.º e nos critérios de seleção definidos nos avisos para apresentação de candidatura, os quais deverão respeitar os domínios de avaliação previstos pelos programas operacionais financiadores para as PI referidas no artigo 17.º

A proposta de decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir é proferida pelas Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento dos projetos no prazo de 20 dias úteis, a contar da data de apresentação de candidatura, descontando - se o tempo de resposta aos esclarecimentos solicitados.

A decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e devidamente aceite pelo respetivo organismo.

As Autoridades de Gestão podem suspender ou cancelar a receção de candidaturas em função do esgotamento da dotação prevista no aviso para apresentação de candidaturas, através de comunicação prévia a publicar no portal Portugal 2020 com uma antecedência mínima de 24 horas em relação à data estabelecida para a suspensão.

#### Pagamentos (art. 12º)

Os pagamentos obedecem aos seguintes procedimentos:

- a) É processado um adiantamento automático inicial após a validação do termo de aceitação, no montante equivalente a 50 % do incentivo aprovado;
- b) O pedido de pagamento final deve ser apresentado pelo beneficiário no prazo máximo de 30 dias úteis após a data de conclusão do projeto.

#### AVISOS:

##### ADAPTAR Microempresas - Sistema de incentivos à adaptação da atividade das microempresas

Período de candidaturas: 2020/05/15 a 2020/12/31

[AVISO ADAPT-99-2020-01](#)

##### ADAPTAR PME- Sistema de incentivos à adaptação da atividade das PME

Período de candidaturas: 2020/05/15 a 2020/06/30

[AVISO SI-B9-2020-16](#)